

Editorial

Ana Maria Seixas¹
Luís Miguel Carvalho²

Inicialmente previsto para ser o sétimo número da revista *Investigar em Educação*, o número temático *Educação e Poder*, sai agora, por motivos editoriais, como o oitavo. Pelo atraso na publicação pedimos desculpa aos nossos leitores e autores.

O título deste número trará de imediato à memória de alguns o de uma obra publicada (em língua inglesa) há cerca de trinta e cinco anos e na qual se procuravam 'desocultar' interesses políticos e determinantes ideológicas da instituição escolar e, em particular, do currículo. Trata-se, porém, de uma coincidência. Uma coincidência que é devida à intemporalidade da relação 'poder-educação', a qual confere ao tema permanente relevância e atualidade.

De facto, desde as indagações sobre a agenda escondida no/do currículo que a investigação educacional tem sido fértil na produção de muitos outros modos de olhar a/para a relação 'poder-educação': ora incidindo no domínio situacional e na esfera das interações, como ocorrido na vaga dos estudos sobre a *micropolítica das escolas*, das salas de aula (*grosso modo*, das relações entre variados atores escolares); ora regressando de um modo radicalmente diferente ao 'texto', para inscrever o par 'poder-educação' numa análise das *práticas discursivas*, respondendo ao *desafio de Foucault* ou acompanhando a crítica feminista; ora, questionando as *novas geografias do poder em educação*, no quadro de uma literatura atenta aos processos de globalização e à emergência de novos espaços políticos em educação.

Este número da revista entende, assim, o tema como sendo transversal ao campo do conhecimento educacional, com múltiplos pontos de aplicação – do tempo quotidiano à longa duração histórica, do texto à tecnologia digital, do contexto escolar ao contexto formativo em empresas, etc. E entende que a sua abordagem requer uma elucidação abrangente do poder e de suas múltiplas manifestações, circuitos e efeitos, nas relações quotidianas, nas regras da prática e nas formas de dominação.

A secção de artigos encomendados sobre o tema de capa integra dois artigos de reconhecidos investigadores. António Teodoro aborda a relação

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra,

² Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

entre educação e poder partindo da questão *como se escolhe um Ministro da Educação*, baseando-se em análise documental e trabalhos anteriores, com entrevistas realizadas a personalidades políticas. O artigo *Educação e poder: Como se escolhe um Ministro? Apontamentos para a História da Educação em Portugal (1955-1976)* analisa os processos e condicionalismos políticos subjacentes à escolha dos onze Ministros de Educação em exercício desde a segunda metade do Estado Novo ao fim do período revolucionário, sendo, assim, um contributo inovador e texto de referência para a compreensão da história da educação e construção das políticas educativas em Portugal. O segundo artigo desta secção consiste na versão em português de um texto de Maarten Simons, publicado no livro *World Yearbook of Education 2014: Governing Knowledge*. No texto *Governança através de Feedback: da orientação nacional para o posicionamento global*, Maarten Simons discute as novas formas de dominação e mecanismos de poder num contexto de globalização e emergência de novas formas de regulação da educação apoiadas em instrumentos baseados em informação comparativa. O autor argumenta que o novo regime de governação da educação assenta na forma de feedback sobre a performance, associado a processos de monitorização e indicadores de desempenho.

A secção de artigos selecionados após um processo de revisão científica comporta quatro artigos, baseados em contribuições de investigações recentes ou em curso. O artigo *Os dispositivos digitais no governo da educação: um tema relevante para a análise das políticas educativas em Portugal*, enquadrado também no campo de estudos críticos das políticas de educação, da autoria de Catarina Gonçalves, salienta a importância do estudo das tecnologias digitais enquanto instrumentos de regulação da educação e da ação política em educação, no contexto atual de emergência de novas modalidades de regulação apoiadas na recolha, processamento e difusão de dados quantitativos comparáveis.

No segundo artigo desta secção, intitulado *Resistência e Utopia: a visão da Pedagogia Crítica*, Sílvia Pereira apresenta uma reflexão sobre o movimento da Pedagogia Crítica, centrando-se nos conceitos de resistência e utopia, procurando contribuir para a promoção de um sistema educativo crítico e emancipatório, em contraponto à crescente hegemonia de uma racionalidade instrumental e tecnocrática da educação.

Os dois restantes artigos centram-se na análise das relações de poder e interações entre atores em contexto escolar. Maria Renata Prado, no artigo *O poder da criança pequena diante das regras da escola: resistência e estratégias no jardim de infância francês*, apresenta resultados de um estudo realizado em França, assente em observações participantes de crianças em dois jardins de infância. A autora analisa as interações no contexto educativo e salienta o papel ativo das crianças na construção e transformação da

realidade social. Com base em entrevistas a elementos da comunidade educativa e análise documental, Virgínio Sá e Daniela Silva, no texto *Relações de poder na gestão escolar: um estudo de caso num agrupamento de escolas*, abordam as dinâmicas micropolíticas e a reconfiguração das relações de poder resultantes da imposição do órgão unipessoal do diretor no governo das escolas.

Finalmente, na secção Antologia, trazemos um texto de Teresa Ambrósio, *Caminhos da formação: inscrever na sociedade os caminhos da auto-organização, da autonomia e da identidade*, publicado inicialmente em francês. Neste texto, Teresa Ambrósio reflete sobre a complexidade dos processos de interação entre o educativo e formativo, o político e o económico, realçando a importância da perspectiva humanista e socioantropocêntrica da educação e da formação ao longo da vida nos processos de construção da pessoa, do cidadão e da sociedade.

Educação e Poder aborda, assim, uma relação intemporal sem restrições senão aquelas que derivam do facto de ser gerado a partir de olhares espacial e temporalmente circunscritos: os olhares (hoje, possíveis) das comunidades das Ciências da Educação e em função dos problemas através dos quais estas comunidades imaginam – e conhecem e dão a conhecer- o presente da educação e da ação política em educação.